

Os peritos não governamentais da biodiversidade amazônica e seus financiadores internacionais: uma parceria desigual em torno de interesses comuns

Benjamin Buclet

Resumo

Este artigo expõe algumas facetas do componente geopolítico da produção de conhecimentos sobre a biodiversidade através da análise das relações entre grandes Organizações Não Governamentais (ONGs) ativas na Amazônia e seus financiadores internacionais. Nele mostramos o forte componente internacional da atuação dessas organizações, as modalidades dos financiamentos e as agendas e estratégias das agências financiadoras. O artigo conclui com uma análise do desequilíbrio presente nas parcerias estabelecidas por essas ONGs e seus financiadores.

Palavras chave

Organização não governamental. Amazônia. Geopolítica. Cooperação internacional. Solidariedade. Biodiversidade.

Abstract

This article outlines some aspects of the geopolitical dimension of biodiversity through an analysis of relationships between the major NGOs active in the Amazon and their mostly international donors. Our analysis reveals the strong internal international dimension of these organizations, the modalities surrounding access to funding and the agendas and strategies of the funding agencies. The article concludes with a description of the imbalance that characterizes the partnerships between NGOs and their funders.

Keywords

NGOs. Non-Governmental Organization. Amazon. Geopolitics. International cooperation. Solidarity. Biodiversity.

1. INTRODUÇÃO

A região amazônica é mais do que nunca o objeto de um jogo de poder entre Estados-Nações, organizações internacionais/regionais e governos locais (estados e municípios). Isto não é novo, mas nota-se, nas últimas duas décadas, uma multiplicação de agendas que complexifica consideravelmente a governança regional ou, em outros termos, torna a governabilidade regional especialmente delicada. Concretamente, é extremamente complicado, para o Estado brasileiro, conciliar os interesses expressados pelos seus representantes locais, o seu posicionamento estratégico nos organismos regionais (tipo OTCA ou BID) e internacionais (Banco Mundial, ONU, etc.). Além disso, as posturas políticas em relação à região amazônica são variadas dentro do próprio aparelho de Estado e podem parecer contraditórias, dando assim, às vezes, uma desagradável impressão de esquizofrenia por parte do governo.

Por outro lado, a internacionalização dos movimentos sociais, particularmente o movimento ambientalista, se caracteriza também pela combinação de interesses e preocupações locais, regionais e globais, às vezes dificilmente compatíveis na prática.

Pode-se falar, igualmente, de agendas diferenciadas entre os vários níveis de atuação. As Organizações não governamentais (ONGs), neste esquema, têm um papel de primeiro plano, sendo elas um dos atores na gestão dos recursos financeiros e humanos que alimentam o que chamamos de “mercado internacional da solidariedade¹” (BU-CLET, 2004). O movimento socioambiental internacional não é homogêneo e a exterioridade política e cultural das grandes ONGs que atuam na Amazônia por vezes cria atritos importantes com movimentos sociais locais².

Todavia, existe uma grande diferença entre os dois movimentos, precisamente identificados por Bertha K. Becker (2005). No primeiro caso, que envolve os Estados-Nações, estes dispõem de um espaço institucional legítimo para expressar suas preocupações em relação à defesa da soberania nacional³. No segundo, a questão da soberania nacional não se coloca de maneira clara, e não existe espaço para esse debate, isso devido à natureza “não governamental” dos seus atores, cuja legitimidade não está diretamente relacionada com qualquer processo de representação democrática. A partir do momento que se considera que o Estado ainda existe e tem um papel impor-

1. A expressão “mercado da solidariedade” refere-se ao espaço de concorrência onde se encontra uma grande variedade de atores sociais, cada um lutando para manter seu posicionamento em relação aos outros, e onde a justificação última está ligada ao conceito de “desenvolvimento”, geralmente sustentável e universal.

2. Como foi perfeitamente ilustrado por Mac Chapin (2004) a respeito dos conflitos de interesse entre as três BINGOs (Big NGOs) conservacionistas [*World Wildlife Fund* (WWF), *Conservation International* (CI) e *The Nature Conservancy* (TNC)] e as organizações indígenas amazônicas.

3. Um exemplo disso é, por exemplo, o envio, em agosto de 2006, pelo presidente da Câmara, o deputado Aldo Rebelo, de um protesto oficial ao secretário geral da ONU, Kofi Annan, devido a um livro de Pascal Boniface, assessor para assuntos estratégicos, chamado “A guerra do amanhã”, no qual, entre possíveis cenários de guerra futura, ele imagina uma invasão da Amazônia por uma coligação internacional (O GLOBO, 14/08/2006, p.4).

tante no desenvolvimento do país, que vai além do simples enquadramento institucional do liberalismo econômico (e é o caso da autora), a falta de questionamento e de clareza em relação à soberania nacional dentro da internacionalização do movimento socioambiental torna-se problemática.

Em particular, as relações entre as grandes ONGs, representativas do movimento socioambiental, e seus financiadores internacionais e, sobretudo, a falta de clareza destas relações, devem ser questionadas. Até que ponto as ONGs estão influenciadas pelas instituições ou organizações que as financiam? Qual é o grau de autonomia real das ONGs milionárias que gerenciam o dinheiro originário de fundações as vezes bilionárias, mais ricas que alguns países do mundo? Quais são as regras do jogo neste mercado do desenvolvimento, onde o tema da biodiversidade se tornou, em alguns anos, incontornável? Quais são as exigências dos financiadores? Quais compromissos são considerados como aceitáveis? Por quê? As ONGs são, no final das contas, tão diferentes das agências que as financiam? Quais são as conseqüências destas relações, às vezes de longo prazo, entre doadores e ONGs? A influência é mútua? As estruturas organizacionais e o funcionamento se tornam parecidos ou cada parte da parceria mantém suas peculiaridades?

No presente artigo procuramos apresentar elementos de resposta para essas perguntas, tomando como referência as principais ONGs envolvidas nos debates sobre a biodiversidade na Amazônia. A partir desse caso procuramos entender melhor a dinâmica de atuação das grandes ONGs ambientalistas ativas no Brasil, bem como apresentar informações sobre as organizações que se colocam como referência na área da biodiversidade amazônica, procurando também esclarecer a influência das suas ligações internacionais sobre as suas agendas.

As ONGs escolhidas para a análise foram o Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia (IMA ZON) e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Essa escolha não foi aleatória, ela está relacionada com o fato que essas organizações são hoje importantes agências de produção de conhecimento (peritas) nos debates sobre a preservação da biodiversidade Amazônica⁴.

Os resultados apresentados neste artigo são decorrentes de dois anos de pesquisa realizada no quadro de um pós-doutorado no Laboratório de Gestão do Território (LAGET) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sob a orientação da Professora Bertha K. Becker.

4. Um exemplo da importância dessas ONGs pode ser visualizado no papel que elas desempenharam no Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade Biológica Brasileira (PROBIO), desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, que resultou, entre outras coisas, em um trabalho publicado em 2002, intitulado "Biodiversidade Brasileira". A particularidade do capítulo sobre a Amazônia brasileira vem do fato de ter sido da responsabilidade exclusiva de ONGs. Coordenada pelo Instituto Socioambiental (ISA), participaram da pesquisa: o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMA ZON), o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Conservation International Brasil (CI) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), assim como uma rede de entidades da sociedade civil, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). Em outros termos, podemos dizer que a voz do MMA a respeito da biodiversidade amazônica vem diretamente da perícia destas organizações.

2. OS PERITOS NÃO GOVERNAMENTAIS DA BIODIVERSIDADE AMAZÔNICA

Apresentamos aqui as características de organizações consideradas, de fato, pelos poderes públicos brasileiros como legítimas e competentes no que diz respeito à biodiversidade na Amazônia. A título ilustrativo, e como introdução às considerações elaboradas em seguida, estão aqui apresentados os perfis do IMAZON e do IPAM, duas das cinco ONGs mencionadas anteriormente (ver nota 2), que foram elaborados a partir de diferentes dados coletados através de várias entrevistas realizadas ao longo desses últimos anos e de uma pesquisa bibliográfica (BUCLET, 2004). Consideramos estas duas organizações, pela suas histórias e características atuais, como representativas de uma forma nova das estruturas, posicionadas tanto a nível local quanto nas arenas internacionais, buscando reconhecimento tanto político como científico e, sobretudo, no que interessa mais aqui, ativas no campo do poder nacional.

2.1 Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)

O objetivo geral do IMAZON é entender as transformações dos ecossistemas florestais e o impacto das políticas setoriais sobre estes últimos. Concretamente, os pesquisadores do IMAZON elaboram propostas de sistemas de uso sustentável de recursos naturais, que eles procuram promover através de publicações e da capacitação de estudantes estagiários. Em 2007, com uma equipe de mais de 50 pessoas, aos quais se adicionam numerosos estagiários, o IMAZON realizava quatro tipos de atividades: pesquisa aplicada sobre problemas de uso dos recursos naturais; atividades de consultoria para institui-

ções públicas e participação nos espaços de discussão e negociação; disseminação dos estudos produzidos; e formação científica e técnica de estudantes e profissionais.

Os principais financiadores do IMAZON eram, em 2007, a USAID (via projeto com a ONG Instituto Internacional de Educação do Brasil), a União Européia, a Fundação Gordon and Betty Moore, a Fundação Packard, a Fundação Avina, a Fundação Ford, a Fundação Hewlett e a ONG Amigos da Terra. O orçamento, neste mesmo ano, foi aproximadamente de R\$ 8 milhões.

A história do IMAZON mostra a importância dos recursos humanos e financeiros internacionais na criação de uma ONG brasileira. O nascimento dessa organização é intimamente ligado a um grupo de pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) de Belém.

O instituto foi criado por Christopher Uhl, biólogo americano que estudava, no final da década de 1980, o impacto da indústria madeireira sobre a floresta amazônica. Ele estava integrado àquela empresa com um financiamento da fundação Alton Jones. Devido às dificuldades de ordem institucional e cultural com a EMBRAPA, ele resolveu montar uma estrutura independente, o IMAZON. Para realizar esse projeto ele conseguiu uma verba da fundação McArthur, que lhe permitiu comprar a casa que serviu de sede para a ONG e assegurar os seus dois primeiros anos de funcionamento. Outro pesquisador americano, David McGrath, ligado, naquela época e ainda hoje, ao Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), unidade de pós-graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA), participou ativamente da fundação do IMAZON.

Christopher Uhl voltou em 1997 aos Estados- Unidos e o IMAZON passou a ser

dirigido por Paulo Barreto, engenheiro florestal que foi, de 1989 até 1995, assistente de pesquisa de Christopher Uhl, trabalhando no AMAZON em um projeto financiado pela USAID, de elaboração de cenários inovadores para a exploração florestal. Em 1996/97, passou dois anos de *Master* em Ciências Florestais na universidade de Yale, nos Estados- Unidos, e voltou para Belém em 1998, como diretor administrativo do AMAZON. Hoje, a ONG é dirigida por Carlos Souza Jr. Este, depois de uma graduação em geologia na UFPA, foi para os Estados- Unidos para realizar um *Master* em Ciências do Solo com ênfase em Sensoriamento Remoto (na Universidade Estadual da Pensilvânia) e um PhD (na Universidade da Califórnia – Santa Bárbara – UCSB, EUA). Ele dirige o AMAZON desde dezembro de 2004.

O Imazon funciona através de Programas. Dos cinco coordenadores de programas, quatro se formaram fora do Brasil: Paulo Barreto e Carlos Sousa Jr., que coordenam, respectivamente, os programas “Cenários de Ocupação” e “Monitoramento da Paisagem”, Adalberto Veríssimo e Paulo Amaral. Adalberto Veríssimo, coordenador dos programas “Política e Economia Florestal” e “Cidades Sustentáveis” tem um Master em Ecologia da Universidade Estadual da Pensilvânia (EUA). E Paulo Amaral, coordenador do programa “Floresta e Comunidade”, realizou um Master em Manejo e Conservação de Floresta Tropical e Biodiversidade, no Centro Agronômico de Investigação e Ensino (CATIE), Costa Rica.

Da mesma maneira, os perfis dos membros das instâncias de decisão e controle da ONG revelam uma conexão estreita com o campo internacional e com os Estados- Unidos em particular. A Assembléia Geral de 2006, composta por 7 pessoas, con-

tava com 2 americanos (Christopher Uhl e David McGrath), 4 brasileiros formados no exterior (Adalberto Veríssimo, Paulo Barreto, Paulo Amaral e Luiz Rodriguez Estraviz, Professor de Economia Florestal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz -Esalq/USP-, doutor em Forest Management and *Biometrics* pela universidade de Geórgia - EUA) e um brasileiro com formação universitária no Brasil. Os 6 membros do Conselho Diretor (2006) mostram características semelhantes: Luis Rodriguez Estraviz, já descrito; André Guimarães, Diretor Executivo do Instituto BioAtlântica (Ibio), mestre em Agricultural Economics da *Cornell University*, EUA; Garo Batmanian, atual Coordenador da Unidade de Florestas Tropicais do Banco Mundial, doutor em Ecologia na Universidade de Geórgia, EUA; José Natalino da Silva, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), doutor em Engenharia Florestal na Universidade de Oxford, Inglaterra; Maria José Gontijo, Diretora Executiva da ONG Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), formada em Sociologia na UNB, ex-funcionária da *State University of New York* (SUNY, EUA) e Robert Schneider, americano, Economista do Banco Mundial.

2.2 Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

A existência do IPAM é o fruto do encontro de duas pessoas, David McGrath e Daniel Nepstad, pesquisadores americanos cujas ligações com o Brasil são bem anteriores ao seu envolvimento na criação do IPAM.

David Gibbs McGrath nasceu em junho de 1952 nos Estados- Unidos, Estado do Connecticut, de um pai diplomata e de uma mãe funcionária municipal, os dois protes-

tantes, anglicanos, pouco praticantes. Com 3 ou 4 meses de idade, ele foi com a mãe para o Japão encontrar seu pai, ficaram lá 3 ou 4 anos e foram para Washington. Alguns anos depois, de 1960 a 1963, moraram em Hong-Kong, antes de voltar para Washington. Quando ele fez 15 anos, em 1967, o pai foi trabalhar no Brasil no *Forest Service* da diplomacia americana. Ficou 7 anos no Brasil.

O pai de McGrath era do consulado e, nesse ambiente, tinha contatos com gente de governos, sindicatos, movimentos, “um pouquinho de tudo”. Foi assim que o McGrath conheceu o Brasil na sua diversidade (2 anos em São Paulo, 2 anos em Recife e 3 anos no Rio de Janeiro) e se sensibilizou com os assuntos discutidos nos eventos sociais que aconteciam em sua casa:

“o meu pai trazia gente para casa, então eu ficava interessado... ainda tenho contatos com pessoas dessa época... pessoas com quem a gente tinha relações sociais... Me influenciou muito...” (MCGRATH, 2003).

Depois, foi para a faculdade, estudar em Harvard, dois anos em biologia, mas não gostou muito. Saiu e passou um ano no Brasil, viajando pelo Rio de Janeiro e pela região amazônica. Resolveu mudar para uma universidade mais progressista, em Arizona, mas também não gostou (“muito fraco em termos acadêmicos, mas interessante para abrir a cabeça”) e acabou voltando para Harvard, esta vez cursando outra disciplina, chamada de “concentração espacial, em ciências ambientais. Tipo geografia, biologia, antropologia, ecologia, sociologia”. Passou depois dois anos fora da faculdade, trabalhando em coisas de construção civil (pintura, carpintaria, jardinagem), nos Estados-Unidos, e resolveu voltar aos estudos e fazer um mestrado em

Arizona, trabalhando sobre o conceito de ambiente e seu papel na geografia no século 19, do ponto de vista filosófico.

McGrath terminou o mestrado em 1983 e resolveu voltar ao Brasil e aprofundar o seu conhecimento da Amazônia. Para o doutorado, ele se matriculou na universidade de Madison, no Estado do Wisconsin, e começou a trabalhar sob a orientação de Bill Denevan, geógrafo que trabalhava na área amazônica. Foi neste momento que nasceu a idéia de desenvolver uma pesquisa na área de ecologia cultural. Em 1985/86, fez uma primeira pesquisa de campo sobre os regatões, em Igarapé-Mirim e Abaetetuba e, depois, continuou a trabalhar no doutorado, mantendo contatos estreitos com o mundo acadêmico brasileiro, associado em particular com o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

Anos depois, McGrath se mudou para Pensilvânia (*Pennstate University*), onde conheceu Christopher Uhl, que era professor lá, tinha ligações com a EMBRAPA de Belém e estava envolvido com a fundação McArthur (tinha sido consultado pela fundação McArthur sobre a elaboração do programa). Em 1988, eles elaboraram uma proposta para criar uma ONG na Amazônia e a enviaram para a fundação McArthur. Nesse período McGrath terminou o doutorado (em 1989) e passou dois anos ensinando na universidade do Novo México. A proposta foi aprovada pela fundação McArthur e eles criaram o IMAZON em 1990. A idéia era “fazer um pouco mais do que só projetos, interferir, participar, no projeto de longo prazo, de desenvolvimento sustentável.”

Depois de um tempo, eles perceberam que existia uma “incompatibilidade de visão”. McGrath tinha uma visão “política e abrangente do papel de uma ONG, orientada para movimentos sociais”. O seu par-

ceiro não tinha esta visão. Por este motivo, McGrath resolveu criar uma outra ONG, o IPAM, com a ajuda de outros colegas, entre eles Daniel Nepstad.

Nascido em 1957 nos Estados-Unidos, filho de um pastor presbiteriano e de uma bibliotecária, Daniel Nepstad foi criado na zona rural do Estado de Illinois. Ele passou alguns anos no Texas, um tempo em Chicago (até a quinta série) antes de se estabelecer por mais tempo (até o final do colegial) no sudoeste de Michigan, do lado do lago, onde começou a lidar “com bichos, com mata, com pesca”. Nepstad fez a graduação em Michigan, e depois começou a trabalhar em um centro de educação sobre a natureza, uma estrutura privada, tipo ONG. Nesta época, ele pensava que isso seria a sua carreira. Mas o seu orientador o levou para os trópicos, onde teria se apaixonado pela interação entre o ser humano e a floresta. Foi lá, em Porto Rico, em 1983, que ele conheceu Christopher Uhl, cujo orientador de doutorado era o orientador de mestrado de Nepstad. Conforme o depoimento deste último, Chris Uhl (como a ele se refere), dez anos mais velho, teve grande influência sobre sua formação.

Nepstad chegou ao Brasil, na EMBRAPA de Belém, em junho de 1984, recém casado, para trabalhar no seu doutorado. As primeiras discussões sobre a criação de uma instituição de pesquisa independente datam de 1985, em Paragominas. Nepstad lembra de uma conversa com Christopher Uhl sobre o vácuo institucional na Amazônia e a falta de agilidade das grandes instituições de pesquisa e ilustra concretamente porque Chris Uhl resolveu criar uma ONG e

o porquê que dessa ONG (a IMAZON) nasceu outra (a IPAM):

Chris publicou um artigo sobre a conexão entre carne e desmatamento, intitulado ‘O seu bife na Selva’⁵, onde ele tentou avaliar quantas toneladas de mata eram necessárias para produzir um hambúrguer de McDonalds. Nesta ocasião, ele deu uma entrevista para um jornalista de Belém, que saiu na capa do jornal ‘O Liberal’. Nossos parceiros da Embrapa caíram em cima da gente e queriam o nosso pescoço. A gente recebeu ameaças de fazendeiros lá no Paragominas [onde eles faziam pesquisa de campo]. Isso teve um efeito muito grande no Chris. E a partir daquele momento, ele recuou um pouco dessa idéia de ser ecologista, batendo de frente.

Terminando o doutorado (em ecologia florestal), Nepstad foi para Washington, trabalhar como ativista na área da ecologia. Ele tinha que decidir entre fazer um pós-doutorado e trabalhar com ONGs:

meu orientador estava quase se aposentando. Ele estava avaliando se a vida dele valeu a pena. Isso me marcou muito. E meu pai se envolveu um pouco no movimento social de direitos civis. Se envolveu um pouco com Martin Luther King. Meus irmãos também [um irmão que trabalha com recursos humanos em um banco e uma irmã pastor presbiteriana, os dois mais velhos do que ele]. Minha família toda tinha profissão de ajudar pessoas. Então me interessei nisso. Passei um ano em Washington, e vi um outro lado da história: [...] Tem certo tipo de conhecimentos científicos que entra no processo de tomada de decisões e na formação de políticas (NEPSTAD, 2003).

5. Uhl, Christopher and Geoffrey Parker, 1986, “Our Steak in the Jungle,” *BioScience* 36(10), 642.

Foi assim que ele atuou como lobista na *National Wildlife Federation*, inserido em uma campanha de cinco organizações para reformar o Banco Mundial e o BID e outras instituições multilaterais. Nesse período, observou também que havia uma ausência de informações de qualidade sobre desmatamento, sobre a Amazônia. Aproveitando esse vazio ele apresentou uma proposta de financiamento de estudo que foi bancada pelo *National Science Foundation*, o que lhe possibilitou sair da atividade desenvolvida em Washington.

Durante um seminário, ele dividiu o palco com um grande amigo do seu orientador (Herb Bormann, da universidade de Yale) chamado George Woodwell, que ele considera como um “herói” pelas suas atividades acadêmicas e de militância, em particular com a criação da ONG *Woodshole Research Center* (WHRC):

na década de 1970, [George Woodwell] juntou os trabalhos dele sobre acumulação de DDT na cadeia trópica, com advogados. E eles conseguiram derrubar o DDT, proibi-lo. Foi na época de Rachel Carsender, *Silence spring*, aquele livro sobre tóxicos. E depois ele pegou energia nuclear, mostrou como ela vai detonando a vegetação. Montou esse conceito de inverno nuclear. Depois atacou a questão do aquecimento global, convenção de clima... sempre ligando ciência com a política e a legislação. Quando ele me convidou para ir lá com ele, eu resolvi sair de Washington, ir lá no Massachusetts [onde fica a sede da *Woodshole*] (NEPS-TAD, 2003).

Ele ficou quatro meses na WHRC para conhecer as pessoas e depois voltou para morar no Brasil em 1990, por três anos, em Belém. Foi um momento muito propício porque era o primeiro ano do progra-

ma ambiental da USAID no Brasil. Nepstad conseguiu uma verba desse programa e foi montando uma equipe. Ele tinha um convênio com a Embrapa e uma sala no NAEA, contando, portanto, com três bases institucionais para desenvolver suas atividades: o NAEA, a EMBRAPA e o WHRC.

Enquanto isso, o IMAZON se tornava uma forma de *Think Tank*: não estava na frente da política, mas estava fornecendo idéias e informações acessíveis e com bastante impacto, tomando como referência o estudo da dinâmica da indústria madeireira. Neste contexto, McGrath, que queria privilegiar a gestão de recursos naturais e trabalhar com comunidades, com uma abordagem mais social e envolvendo outra maneira de atuar, resolveu sair do IMAZON e participar da criação de uma outra ONG com Nepstad. Foi assim que nasceu o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), agregando, na sua criação, o programa do Nepstad, realizado no município de Paragominas e o de McGrath realizado na várzea do Baixo Amazonas.

Nepstad foi o primeiro presidente do IPAM, passando depois para a função de coordenador. Um doutorando orientado por ele, Paulo Moutinho, se tornou o primeiro diretor e as equipes dos dois projetos se juntaram para formar o corpo técnico da ONG: conforme Daniel Nepstad, “o IPAM nasceu com 35 pessoas, era um monstro já”. Esse “monstro” contava também com a participação de José Benatti, advogado de movimentos sociais no Pará, que tinha um vínculo muito forte com os movimentos sociais, em particular com o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), e que fortaleceu a diferenciação do IPAM em relação ao IMAZON no sentido de atuação social.

A ONG nasceu com quatro programas: ecologia florestal, floresta e comunidades,

várzea e políticas públicas. O financiador principal sempre foi a WHRC, mesmo que o IPAM seja, segundo os seus responsáveis, muito mais independente hoje que no seu nascimento. A maioria dos recursos financeiros ainda vem através da WHRC: *Moore Foundation*, LBA, *National Science Foundation*, entre outros.

Com mais de 110 funcionários, o IPAM encontra-se organizado em cinco programas: Biodiversidade, Cenários para a Amazônia, Floresta e Comunidades, Manejo da Várzea, Mudanças Climáticas e Planejamento Regional⁶. Cada programa inclui vários projetos, contemplando diversas áreas de conhecimento e atividades de educação e extensão que envolvem treinamento de alunos, professores, pesquisadores, produtores e produtoras rurais. Quatro desses programas são coordenados pelos fundadores, McGrath e Nepstad, Moutinho e Benatti e, como no Imazon, vários profissionais se formaram ou tiveram experiência profissional nos Estados-Unidos (quer seja em universidades ou integrados como *Scholar* na WHRC).

Em 2006, dentre as 7 pessoas que formavam as instâncias de decisão e controle da ONG (Assembléia Geral e Conselho Diretor), encontravam-se 2 estrangeiros e 4 brasileiros formados no exterior: Christine Padoch, antropóloga da ecologia, doutora da universidade de Columbia; George Woodwell, ecólogo americano, fundador do WHRC; Jean Pierre Leroy, sociólogo francês, membro da ONG brasileira Fase; Luis Antonio Martinelli, agrônomo da USP, pós-doutor na Universidade de Washington, EUA; Reynaldo Victoria, agrônomo formado no Canadá, fez 2 pós-doutorados nas universidades de Washington e

Califórnia (UC-Davis) e Stephan Schwartzman, antropólogo americano, co-diretor e *senior scientist* do Programa Internacional do *Environmental Defense Fund* (Washington), doutorado da universidade de Chicago. O sétimo membro era formado no Brasil e era brasileiro.

As histórias destas duas ONGs ilustram as ligações internacionais desses (novos) atores sociais envolvidos na perícia sobre a biodiversidade. Essas mesmas ONGs que no momento têm a legitimidade necessária, ou, pelo menos suficiente, para representar a voz oficial do governo no que diz respeito à biodiversidade na Amazônia. Isto não significa que elas tenham o monopólio da expertise, mas simplesmente que elas ocupam uma posição dominante neste campo. Mesmo encontrando, no workshop iniciador da publicação do MMA, numerosas instituições públicas de pesquisa e universidades, foram as ONGs, e somente as ONGs, que tiveram a responsabilidade da redação do capítulo sobre Amazônia.

Os percursos individuais e a análise institucional das ONGs mostram a sua estreita ligação uma com a outra: circulação interna das pessoas, financiamentos compartilhados, publicações conjuntas, são elementos que revelam a consolidação desta área profissional como um campo sociológico, campo de concorrência onde existem lutas para o controle de recursos e dos processos de definição das regras do jogo, local e internacional.

A reunião dessas ONGs em torno de um projeto comum é emblemática da con-

6. ver www.ipam.org.br

solidação da identidade “socioambiental”, cujas raízes sociais estão para buscar na história da formação dessas estruturas: apoio financeiro de agências ecumênicas européias, em particular no caso do ISA; participação com coletivos como ABONG, Rede Brasil ou FBOMS; presença do GTA, porta-voz das populações amazônicas. Estas ONGs se constituíram tal como as estruturas a partir das quais aconteceu o encontro de ideologias políticas vindas do marxismo e da teologia da libertação com inquietações ambientais, aqui abordadas do ponto de vista quase exclusivamente científico. Esta cristalização foi possível somente com a injeção de capitais (humanos, financeiros, mas também simbólicos) internacionais, principalmente americanos, conseguidos através de pessoas.

Observam-se, nas trajetórias das pessoas-chaves dessas organizações, lógicas de importação e exportação da perícia ambiental. A internacionalização do campo da perícia ambiental, cujas ONGs estudadas aqui são o vetor ideal, parece, em ampla medida, semelhante ao processo de formação e consolidação do mercado internacional da perícia econômica ou da perícia em direitos humanos. Estes mercados têm os seus centros nos países do Norte, mas especificamente nos campus das universidades norte-americanas. Todos colaboram com a mídia e se tornam cada vez mais competitivos⁷.

Verifica-se, no caso brasileiro, a mesma tendência identificada em Washington, onde grandes ONGs encontram-se fortemente vinculadas com instituições internacionais (Banco Mundial, FMI, etc.). De um lado, as ONGs são usadas por burocratas de ministérios de menor força política (como é o caso

do Ministério do Meio Ambiente), que têm interesse em criar alianças para adquirir peso nas negociações governamentais internas. Por outro lado, o jogo do mercado (e, com certeza, um forma de desejo de poder) incentiva as ONGs em aceitar as aproximações, facilitadas pela proximidade dos percursos individuais em termos de educação, formação e trajetória profissional. Este fenômeno se encontra na circulação em mão dupla dos indivíduos entre ONGs e instituições públicas, como ilustrado em 2003 pela integração no MMA de várias personalidades do mundo das ONGs: Marcelo Marquesini (Greenpeace); Flávio Montiel da Rocha (Greenpeace e consultor do WWF); Tasso Rezende de Azevedo (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imflora); João Paulo Capobianco (que fundou a Fundação SOS Mata Atlântica – da qual foi diretor executivo – e foi coordenador e membro do Conselho diretor do ISA); Marijane Lisboa (10 anos no Greenpeace) e, *last but not least*, Mary Helena Allegretti (presidente do IEA), reconduzida por Marina Silva na direção da Secretária de Coordenação da Amazônia, depois substituída por Muriel Saragoussi (Fundação Vitória Amazônica).

Os recursos internacionais investidos nas ONGs colocam-se também como condicionantes para o acesso às responsabilidades. Os brasileiros devem validar sua formação em instituições internacionais, principalmente nos Estados-Unidos, e em determinadas áreas de conhecimento (biologia, ecologia, etc.) para conseguir vagas na direção das ONGs. O capital universitário internacional funciona aqui como um direito de entrada no mercado da perícia não governamental.

7. Ver Dezalay e Garth (2002).

Estes elementos são formas concretas da influência do campo internacional no espaço nacional. Eles são característicos da nossa época e da modernidade nas relações entre países, entre regiões, entre os espaços local e global. A complexidade das nossas sociedades encontra-se nestas dinâmicas aqui reveladas, mas que seriam provavelmente encontradas em outros campos de estudo. No nosso caso, a sensibilidade econômica, cultural e geopolítica do assunto relacionado (a biodiversidade na Amazônia) impõe ir mais além na análise das dinâmicas locais/globais encontradas no campo de ação das ONGs. É disso que trata a segunda parte deste artigo.

3. AS ONGS E O CAMPO INTERNACIONAL

As ONGs existem porque elas respeitam as lógicas estruturais do mercado do desenvolvimento, constituído de ofertas e demandas. As ONGs são um dos atores que participam deste mercado, bem como as agências governamentais, nacionais, bi ou multilaterais, as fundações ou as organizações internacionais. Todos os atores devem justificar a sua existência e, neste objetivo, vender e comprar produtos (que têm a forma de projetos, programas, discursos e idéias, conceitos, técnicas, etc.) (FAUGÈRE, 2001). A realidade é, obviamente, mais complexa e trata-se aqui de uma visão um pouco simplificada das coisas, mas que tem o mérito de evidenciar a existência de obrigações ligadas ao campo do desenvolvimento, obrigações freqüentemente negadas nos discursos dos “experts-militantes” (DUMOULIN, 2004) envolvidos. As ONGs devem adaptar-se a estas obrigações para manter a sua posição no mercado. A questão colocada é a de saber até que ponto esta adaptação é pensada e transforma

os seus objetivos e ações. Em outros termos, até que ponto elas são instrumentalizadas pelos seus financiadores. Segundo os discursos e escritos oficiais produzidos pelas próprias ONGs, a questão é rapidamente resolvida: a liberdade de ação é total.

No entanto, os testemunhos dos profissionais de ONGs, mais do que os dos seus responsáveis ou criadores, revelam claramente a influência do jogo de mercado sobre as ONGs. De um lado, verifica-se que a importação da lógica de trabalho dominante (a “lógica do projeto”) através das transferências financeiras representa uma maneira muito eficiente de reprodução institucional e de disseminação de valores dos financiadores. As ONGs brasileiras, adaptando-se à lógica do projeto (adaptação facilitada pela circulação internacional dos indivíduos), assimilaram alguns conceitos e valores originários das agências de cooperação internacional, inclusive “o vírus pragmático que define as ações em termos de objetivos singulares e cronogramas controláveis. Resistem a este enquadramento, mas não podem fugir a ele, e tendem a fazer da necessidade virtude.” (FERNANDES; PIQUET CARNEIRO *apud* MENDES, 1999, p.27).

É fundamental guardar em mente que a “ajuda ao desenvolvimento” não é simplesmente feita de transferências de recursos financeiros: estas últimas são acompanhadas por idéias, valores e conceitos, cujas ONGs adotam e traduzem do seu jeito. A generalização de um modo de trabalho privilegiando o pragmatismo se traduz por mudanças muito concretas no que diz respeito ao tipo de ação elegível para os financiamentos e às maneiras de concretizar os objetivos anunciados. Por exemplo, vários testemunhos relatam a dificuldade cada vez maior, neste início de século, de financiar atividades políticas como a educação popu-

lar ou a capacitação de lideranças, enquanto, nos anos 1970, este tipo de atividade estava dentro das agendas dos financiadores.

As obrigações ligadas ao mercado do desenvolvimento são, por outro lado, frequentemente pouco explícitas e os agentes pertencentes às ONGs não têm necessariamente a consciência de se submeter a elas. O acesso aos recursos financeiros funciona muito por mecanismos de licitação (*tender*, ou *call for proposal*), o que tem a grande vantagem de delimitar claramente o tipo de ação elegível aos financiamentos. Grandes programas governamentais (como o PPG7), agências bi ou multilaterais (como a Comissão Européia ou USAID) definem com muita precisão as atividades susceptíveis de ser financiadas e as temáticas prioritárias correspondentes às suas agendas. Às ONGs não resta, nestes casos, outra opção que simplesmente adaptar-se a essas agendas. Em alguns casos, quando uma ONG brasileira recebe recursos via uma ONG estrangeira, os recursos são usados simplesmente para realizar o projeto da ONG estrangeira, que, na escala da “parceira”, pode ser considerada como financiadora.

Porém, dentro destas obrigações, as ONGs dispõem de uma certa liberdade de ação. Na maioria do tempo, trata-se de manter atualizada a contabilidade, mandar relatórios financeiros e de atividade e receber de vez em quando visitas de avaliação. É, portanto, perfeitamente possível cumprir estas obrigações guardando certo controle das atividades efetivamente realizadas.

Os projetos de ONGs resultam, também, da interpretação de uma realidade observada por seus criadores, segundo, obvia-

mente, seus próprios valores e normas de análise. Devemos, de fato, fazer a diferença entre os estrangeiros (as pessoas originária de outros países ou regiões do Brasil) e os brasileiros que tiveram uma experiência no exterior (ou em outra região do Brasil) e adquiriram capitais potencialmente valorizáveis. Porém, em todos os casos, o que desperta o desejo de transformar a realidade observada é, antes de qualquer coisa, um olhar feito de distância analítica, adquirida através de uma variedade de fatores, inclusive a exterioridade revelada no nosso estudo. A este desejo adiciona-se frequentemente um gosto e uma afeição para o modo de vida das populações locais, que são, de fato, exóticos.

A exterioridade traz aos indivíduos capitais adicionais que compensam a perda (relativa) de conforto e, na maioria dos casos, salários mais baixos do que no setor privado: descoberta turística e cultural, valorização pessoal imediata (ser estrangeiro é uma “distinção” em si, no sentido de Bourdieu⁸, que pode às vezes trazer vantagens ou favores), aumento do poder aquisitivo, esperança de valorização da experiência; em suma, razões implícitas que fazem parte das motivações dos *experts-militantes* para investir nas ONGs. Para os brasileiros com capital internacional, o processo não é diferente, salvo as compensações, que tocam mais no ganho de poder local do que no prestígio ligado à qualidade de ser estrangeiro.

Nas duas situações, o conteúdo do projeto de desenvolvimento vem de fora do espaço de ação e responde em primeiro lugar aos desejos daquele(s) que o elabora(m).

8. Ver Bourdieu (1979).

Percebe-se então que a questão aqui colocada é relativa à fronteira entre o espaço local (e nacional) e o espaço internacional. As ONGs, se tornando agentes legítimos na elaboração e acompanhamento das políticas públicas locais, e sendo estreitamente ligadas com o campo internacional, são partes integrantes das redes de redistribuição do poder em escala global.

Contudo, não foi sempre assim. As estruturas associativas que deram origem as atuais ONGs não tinham as características adequadas para entrar oficialmente no campo do poder, ou, pelo menos, a legitimidade delas vinha precisamente do seu caráter alternativo. A profissionalização das ONGs é relativamente recente. ISA, IPAM, IMAZON ou ISPN mostram um lado altamente profissionalizado que hoje é uma condição para existir e manter sua posição no mercado internacional do desenvolvimento. Esta profissionalização faz parte, também, dos elementos trazidos, direta ou indiretamente, com os financiamentos internacionais.

Ao contrário do que poderíamos pensar em relação à cultura associativa e à militância, as ONGs são bem organizadas internamente e a hierarquia é geralmente muito bem definida. As ONGs são, hoje em dia, pelo menos para aquelas que interessam aqui (isto é reconhecidas como peritos na área da biodiversidade), estruturas profissionais bem distantes dos agrupamentos de idealistas sonhadores dos anos 1970. Mesmo se ainda existem algumas ONGs um pouco “folclóricas” todas aquelas que têm recursos, visibilidade e poder de influência (em outros termos, as que participam da governança democrática), são formal e racionalmente organizadas.

As ONGs têm um estatuto jurídico de associação civil e, geralmente, apresen-

tam uma estrutura interna clássica composta por várias instâncias, como, por exemplo, uma assembléia geral, um conselho diretor, um conselho fiscal, uma diretoria executiva e uma coordenação geral. Em alguns casos, sobretudo no caso de pequenas ONGs, as instâncias de controle são fictícias e existem somente no papel. No caso das ONGs estudadas aqui, a estrutura administrativa é rigorosa e os conselhos diretor e fiscal agrupam personalidades do setor e podem ter uma responsabilidade importante no andamento das atividades. Estas últimas são geralmente divididas em vários programas ou departamentos, cada um sendo dirigido por uma pessoa. Nota-se que os membros das instâncias de controle e fiscalização são frequentemente as mesmas que dirigem os departamentos. Cada departamento é composto por peritos, técnicos ou agentes, ou ainda por pesquisadores ou engenheiros, que podem ser acompanhados de voluntários e/ou estagiários. Nota-se também que trabalhar em uma ONG não é necessariamente um trabalho de tempo integral. É comum, em particular nas ONGs de pesquisa (BUCLET, 2002), encontrar pessoas com outras ligações empregatícias. Um caso frequente é o de pesquisadores da universidade pública ou de centros de pesquisa que encontram nas ONGs a possibilidade de envolver-se em uma causa, ampliar o seu campo de ação e, eventualmente, ganhar um dinheiro extra, trabalhando como consultor.

O modo de funcionamento das ONGs adaptou-se às transformações do mercado do desenvolvimento e, em particular, ao surgimento do “terceiro setor” como forma de terceirização das responsabilidades do Estado para a “sociedade civil” (BUCLET, 2004). Essa dinâmica se concretizou com um maior investimento nas téc-

nicas de intervenção, com a definição de indicadores de resultados e impactos e com a elaboração de estratégias de marketing, visando assegurar o elemento-chave da legitimidade das ONG: a visibilidade institucional no campo do poder (político e científico; nacional e, sobretudo, internacional) e na mídia. A profissionalização encontra-se também na mudança dos perfis das pessoas trabalhando nas ONGs, a percentagem de pessoas com formação superior aumentando sensivelmente. A proximidade das ONGs com as instituições públicas, as universidades e, cada vez mais, as grandes empresas tem conseqüências sobre as suas estruturas e modo de funcionamento. Elas tendem a parecer com os que lhe são próximos e, sobretudo, a se tornar semelhantes. Algumas se consideram quase como *holdings*. Outras parecem mais centros de pesquisa, consultorias ou instituições públicas de assistência social.

Existem hoje profissionais de ONGs, formações universitárias *ad hoc*, livros especializados na gestão de projetos, captação de recursos ou outros aspectos das atividades das ONGs, e, claro, numerosos sites na Internet dedicados ao “terceiro setor”. A profissionalização é tal que algumas podem ser consideradas como agências privadas em competição umas com outras no mercado do desenvolvimento (HULME; EDWARDS, 1997). Mesmo se as atividades realizadas ainda são, na maioria dos casos, sustentadas por uma visão política do seu ambiente de atuação, é cada vez mais claro que as ONGs realizam uma boa proporção de suas atividades segundo lógicas de mercado. Elas devem ser competitivas, cuidar da sua imagem e desenvolver vantagens comparativas para manter uma posição no mercado das ações de desenvolvimento.

Em contato com as instituições públicas

e as organizações internacionais de um lado, e com as populações desfavorecidas e entidades de representação de grupos sociais do outro, a posição de intermediário é uma das características principais do funcionamento das ONGs. Porém, sem ser um representante democrático eleito nem ter os recursos das instituições públicas, esta postura, sozinha, não basta para conferir poder de ação, ainda mais porque os grupos ou movimentos sociais estão cada vez mais organizados para poder expressar-se sem essa intermediação. A capacidade de ação e a existência mesmo das ONGs dependem do reconhecimento social das populações com as quais elas trabalham e da sua autonomia em relação aos poderes locais; em suma, da sua legitimidade.

Devemos questionar esta última, pois qualquer grupo de pessoas pode criar uma ONG e participar (competir) nos processos de captação de recursos públicos. Sem autonomia econômica, as ONGs somente podem existir inserindo-se na cadeia de financiamentos do mercado internacional da solidariedade. Sem legitimidade política, elas devem adquirir o reconhecimento local investindo no mercado local da representação. É no processo de enfrentar estas obrigações que acontece o re-investimento local dos recursos conseguidos no campo internacional, e com eles valores e modos de pensamento.

3.1 Origem dos financiamentos

É curioso constatar que existem poucos trabalhos e análises sobre os financiadores do mercado do desenvolvimento, e ainda menos sobre as relações destes com as ONGs. Fora as avaliações ou relatórios relativos a projetos específicos, nos quais as relações entre ONGs e financiadores são às

vezes mencionadas, não se encontra praticamente nenhum trabalho de pesquisa sobre esta questão. É ainda mais surpreendente porque, pelo contrário, encontram-se numerosas análises das relações entre as ONGs e os seus alvos. Sem questionar o interesse de tal ou tal abordagem, é verdade que o aspecto esporádico, a distância geográfica e o lado burocrático que caracteriza as relações ONGs/financiadores dificultam consideravelmente o seu estudo, enquanto a ligação entre as ONGs e o seu público-alvo constitui um campo de pesquisa muito mais atraente – qualquer “projeto” de desenvolvimento mostra “desenvolvedores” e beneficiários em um contexto específico, o que o torna único, e as dinâmicas sociais que resultam disso têm a grande vantagem de ser, em geral, geograficamente localizadas, o que torna o seu estudo mais fácil e mais barato.

Os recursos financeiros de origem internacional representam a maior parcela dos orçamentos das ONGs. Eles vêm de fundos públicos (as agências multilaterais ou bilaterais) ou privados (agências ecumênicas, fundações e ONGs internacionais), como destacamos nos próximos parágrafos.

Organizações e instituições multilaterais estão muito freqüentemente na origem de fundos que transitam por vários caixas: os das ONGs internacionais, das consultorias internacionais, das instituições públicas brasileiras ou ainda de fundações privadas como, por exemplo, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), que administra os recursos do *Global Environment Facility* (GEF). Trata-se em particular do grupo do Banco Mundial, da União Européia, dos diferentes programas das Nações Unidas ou do Banco interamericano (BID).

Instituições públicas bilaterais: Caso das agências nacionais de cooperação. Elas

financiam diretamente numerosas ONGs. No que diz respeito à Amazônia, nota-se a importância dos investimentos das agências americana (USAID), alemã (GTZ e DED), inglesa (DFID). Também presentes, mais com investimentos de menor porte, a cooperação japonesa (JICA), holandesa, italiana, francesa, austríaca e norueguesa. Essas agências podem também participar de programas e projetos sem financiar diretamente ONGs. Todavia, a participação de ONGs nos projetos de cooperação é freqüentemente um dos requisitos para a liberação dos fundos. Nesta categoria, contamos também com organizações públicas bilaterais temáticas, como, por exemplo, o Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM).

Fundações estrangeiras. Estruturas criadas a partir de um patrimônio privado para um objetivo bem definido, geralmente ligado à filantropia e/ou ao progresso (do homem, científico, tecnológico...). São freqüentemente ligadas às universidades ou centros de pesquisa, que recebem verbas para realizar os seus projetos. Apesar das coisas mudarem muito rapidamente em função das mudanças estratégicas das fundações, podemos citar, como as mais ativas na Amazônia brasileira, as americanas Moore, Ford, McArthur, Inter-Americana, Kellogg, Rainforest, Hewlett, a alemã Konrad Adenauer e a sueca Avina.

As ONGs internacionais são estruturas associativas que solicitam a solidariedade privada e/ou captam recursos originários das outras fontes (instituições públicas multilaterais e bilaterais, fundações privadas, agências ecumênicas) para realizar os seus projetos na Amazônia. A maioria das organizações chamadas de “ONG” na Europa executa projetos nos países em desenvolvimento. Elas podem executar direta-

mente os projetos mas, na maioria das vezes, elas trabalham com ONGs locais. Isto se explica por razões metodológicas (implementação das atividades mais fácil, legitimidade local, inserção institucional...) e também estratégicas, para cumprir as exigências dos doadores (como, por exemplo, no programa de co-financiamento da Comunidade Européia⁹).

As organizações ecumênicas, na sua maioria européias, são geralmente consideradas como ONGs. Elas são particularmente ativas nas áreas tradicionais de ajuda social e de educação, na conscientização dos trabalhadores, tanto nas periferias urbanas como na zona rural. Elas são exclusivamente agências de financiamento, o que as diferencia das ONGs, que geralmente se consideram também operadores de projetos. O princípio de base é a transferência de recursos originários da solidariedade (principalmente cristã) dos países ricos para as populações carentes. Algumas das mais ativas na Amazônia são ICCO (Organização Intereclesiástica para o Desenvolvimento em Cooperação, Holanda), PPM (Pão Para o Mundo, alemã), Cordaid (Holanda) ou Christian Aid (Inglaterra).

3.2 Os financiadores têm agendas e estratégias específicas

Cada agência de financiamento tem as suas especificidades. Por exemplo, USAID oferece financiamentos exclusivamente pa-

ra consórcios de ONGs; a agência japonesa JICA condiciona as verbas pela participação de uma instituição pública nos projetos propostos; a agência canadense orienta as suas ações para temáticas ligadas ao ser humano e procura financiar somente pequenos projetos; a cooperação norueguesa (NORAD) só trabalha com projetos relacionados aos povos indígenas; enquanto a agência inglesa DFID orienta as suas ações em torno de dois temas: governança e pobreza.

Poderíamos multiplicar os exemplos e apresentar também as estratégias e prioridades de financiadores que não são diretamente ligados a Estados-Nacionais, mas não adiantaria muito para a nossa argumentação. O importante é que todos os financiadores têm agendas próprias e orientam os seus recursos segundo temáticas específicas, que nem sempre batem com as “necessidades” identificadas pelas ONGs candidatas para receber esses recursos.

Portanto, os financiadores seguem orientações temáticas e regras de trabalho definidas segundo as suas prioridades. Estas últimas são, obviamente, mais ou menos ligadas a questões geopolíticas. No caso das agências bilaterais, é evidente que as prioridades são ligadas a uma variedade de interesses do país de origem, inclusive, obviamente, interesses geopolíticos. No caso de agências multilaterais, as agendas são também influenciadas pelos atores dominantes nessas agências. Para os finan-

9. Existe um grande número de ONGs internacionais que financiam ONGs brasileiras. Por exemplo, existia, em 1998, mais de 50 ONGs suecas que financiam projetos no Brasil (PERROULAZ, 1998, p. 341). Na Amazônia, as mais visíveis são *The Nature Conservancy* (Estados-Unidos), *Conservation International* (Estados-Unidos), WHRC (*Woods Hole Research Center*, Estados-Unidos), *les Amis de la Terre* (Holanda) ou WWF (*World Wildlife Fund*, Suécia).

ciadores privados, as prioridades já não são tão claramente ligadas a interesses geopolíticos, sendo que eles definem com mais independência as suas agendas (porém, para conseguir os seus recursos, eles devem também seguir as regras do mercado).

No caso das fundações privadas e as organizações ecumênicas, o vínculo com os interesses nacionais não é direto, o que as coloca como financiadores mais independentes face ao jogo geopolítico. Isso não significa, entretanto, que elas não possuam suas próprias estratégias e agendas específicas, em consonância com a posição que ocupam no mercado da solidariedade.

Apesar das diferenças metodológicas e das especificidades das agendas, observa-se uma relativa homogeneidade ideológica entre os financiadores. Notam-se duas tendências no que diz respeito ao financiamento das ONGs no mundo: primeiro, a procura cada vez maior em financiar o desenvolvimento com recursos privados não lucrativos, associados com a ajuda pública; segundo, a procura de recursos públicos internacionais, europeus ou multilaterais (COMMISSARIAT GÉNÉRAL DU PLAN, 2002). Estas duas tendências encontram-se também no caso das ONGs brasileiras. A primeira é particularmente adaptada no caso das ONGs inseridas no mercado da perícia, o acesso a financiamentos privados internacionais – em particular os das fundações americanas – sendo às vezes a base da sua existência (como no caso do IMAZON e do ISPN, criadas com um financiamento da fundação McArthur).

Existe globalmente um discurso muito forte sobre a necessidade de “fortalecer a sociedade civil organizada”, sobre a importância da sua “participação” no seu próprio desenvolvimento e nos projetos das ONGs em particular, sobre a urgência de pre-

servar o meio ambiente (no sentido amplo) através do “desenvolvimento sustentável integrado e ampliado”. Neste objetivo, torna-se urgente, segundo as agências que têm autoridade, aplicar com prioridade o que é conveniente chamar de “boa governança”, isto é, o bom exercício da autoridade política, econômica e administrativa para gerir um território. Trata-se então de descentralizar as responsabilidades e apoiar a governança local, de integrar a promoção dos direitos humanos no conceito de desenvolvimento sustentável e de capacitar e autonomizar a “sociedade civil”, legitimamente representada pelas ONGs, intermediárias entre os cidadãos e as instituições públicas. A era do desenvolvimento em co-gestão já chegou, ONG e doadores internacionais liderando o movimento, sob o olhar passivo do Estado-Nação.

Os financiamentos seguem orientações que dependem das tendências do momento no “mercado internacional da solidariedade” (BUCLET, 2004), que são baseadas sobre conceitos, freqüentemente resumidos a uma palavra (*buzz-words*), ou expressões, geralmente mal definidas e sempre polêmicas (desenvolvimento sustentável, boa governança, desenvolvimento participativo, cidadania, etc.). A integração desses conceitos nos programas e projetos definidos nas instituições e organizações que lutam para manter sua posição neste campo de concorrência se combina com a circulação de recursos humanos e financeiros entre os diferentes atores para homogeneizar as práticas. Os atores envolvidos no campo do desenvolvimento, adotando a engenharia ortodoxa do desenvolvimento (metodologia, lógica “projeto”, etc.), passam por um processo de isomorfismo normativo bem conhecido da sociologia das organizações (ENJOLRAS, 1998, p. 232) O resul-

tado é que ONGs, fundações, organizações comunitárias, agências bilaterais usam os mesmos conceitos, idéias e ferramentas, mesmo sem concordar sobre o seu significado - o “bom uso do mal-entendimento” (DARNTON, 1985, p. 93). Elas tendem, assim, a ser parecidas.

As temáticas dominantes que direcionam os financiamentos internacionais mudam com o tempo e refletem as idéias dominantes no campo do desenvolvimento, resultados dos conhecimentos e conceitos produzidos pelas instituições internacionais e nos espaços onde se discutem as modalidades concretas da cooperação internacional: fundações, *think tanks*, universidades e ONGs internacionais. Assim, mesmo quando os fundos que chegam nos caixas das ONGs brasileiras não são originários de agências internacionais, as orientações temáticas não escapam às idéias dominantes, cuja adoção é, para os outros atores, uma questão de sobrevivência no seu segmento de mercado¹⁰.

Em particular, as ONGs dos países ricos recebem, na sua grande maioria, recursos das agências internacionais. Quando elas dependem da solidariedade privada, elas devem seguir as correntes dominantes para assegurar uma ampla adesão coletiva - o caso da Greenpeace é emblemático: a sua independência em relação às empresas ou governos tem como contrapeso a sua dependência em relação à visibilidade na mídia. Da mesma forma, as fundações privadas são muito próximas das instituições dominantes no seu país. Originalmente, elas são, na sua maio-

ria, ligadas a grandes fortunas e contam nos seus conselhos de administração com grandes nomes do capitalismo mundial. As fundações americanas, através das suas raízes culturais e financeiras, fazem parte integrante do *establishment* americano, promotor histórico da noção mesmo de “desenvolvimento” - basta lembrar o Ponto IV do discurso de presidente Truman em 1949 (RITS, 1996, p. 121-132).

Seria errado limitar os argumentos na dominação dos financiadores sobre as ONGs. É claro que o fluxo de dinheiro constitui um suporte eficiente para a importação/exportação de normas e conceitos. Porém, as idéias, e com elas as pessoas, circulam nos dois sentidos, numerosas fundações e grandes ONGs sendo consideradas como parceiros incontornáveis para as instituições do desenvolvimento. No caso brasileiro, podemos ilustrar este ponto pela integração no Banco Mundial, como especialista em Desenvolvimento e Sociedade Civil, de Zezé Weiss, figura emblemática da “sociedade civil organizada” brasileira, antiga diretora executiva da ONG “Missão Criança”.

Nesse mesmo sentido, Dezalay e Garth apontam o “novo pragmatismo” de John Clark, antigo diretor da política de desenvolvimento na OXFAM, que integrou depois o Banco Mundial, enquanto diretor adjunto da unidade “Banco Mundial-ONG”. Depois de ter sido crítico das instituições do desenvolvimento, John Clark está hoje convencido das vantagens de uma “colaboração mais estreita entre as ONGs e

10. Como ilustração deste ponto podemos ressaltar a quase ausência de projetos visando a preservação da fauna e do tráfico silvestre na Amazônia. Longe de demonstrar a fraca importância do tema, esta ausência se explica facilmente se considerarmos o domínio do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) no seio das organizações e instituições ligadas ao desenvolvimento regional.

o Banco Mundial”. Segundo Clark, a estreita colaboração deve permitir às ONGs:

ter um respaldo maior e mais flexibilidade, além de se livrar da sua bagagem ideológica para as primeiras. [...] as ONGs não vão melhorar se as suas crenças não se ancoram na realidade econômica e se elas não procuram as lições positivas e negativas a ser tirada dos programas do Banco Mundial e das práticas inspiradas pela ortodoxia das teorias do desenvolvimento (DEZALAY; GARTH, 2002, p. 293).

Estas análises insistem sobre os aspectos táticos das operações de relações públicas no Banco Mundial, notando que elas dividem o campo dos adversários bem como instauram uma forma de contra-fogo ideológico. Elas tendem, todavia, a esquecer o fato de que mesmo os mais irreduzíveis oponentes do Banco Mundial são induzidos, pela lógica mesmo da sua luta [aqui também, podemos acrescentar, por isomorfismo] a emprestar as armas do adversário. Ademais, como estes oponentes têm freqüentemente origens sociais e percursos profissionais muito vizinhos, a semelhança das estratégias diminui os efeitos deste “pragmatismo ideológico” (DEZALAY; GARTH, 2002, p. 293).

É importante acrescentar que a dinâmica apresentada aqui não tem a menor vocação universal. Existem grandes diferenças entre ONGs e entre fundações. Seria perigoso generalizar de maneira abusiva. Acreditamos que a aproximação, tanto no seu funcionamento como no seu posicionamento ideológico, entre as grandes ONGs internacionais e os seus financiadores é verificada. Também é claro que a sensibilidade de várias ONGs e o seu papel na formação das opiniões mundiais ficam muito diferentes daqueles das agências de financiamento.

4. CONCLUSÃO

Os resultados apresentados aqui revelam alguns elementos que permitem avançar no entendimento das modalidades de participação das ONGs socioambientais no mercado internacional da biodiversidade. Em primeiro lugar, o panorama dos financiadores das ONGs ativas na Amazônia brasileira mostra a grande variedade das fontes estrangeiras de financiamento. O exame das fontes de financiamentos das ONGs revelou cinco tipos de financiadores: as organizações e instituições multilaterais, as agências bilaterais de cooperação, as fundações privadas, as ONGs internacionais e as organizações ecumênicas. Nota-se uma importância particular das organizações e instituições multilaterais, freqüentemente na origem, direta ou indireta, dos recursos dos outros tipos de financiadores (em particular das ONGs internacionais). Esta importância se encontra nos volumes de recursos repassados e também no poder de influência dos outros atores.

A variedade dos financiadores se reflete nas suas estratégias, seguindo prioridades relacionadas a interesses específicos. Todos os financiadores têm agendas próprias. Os seus recursos são dirigidos para temáticas e espaços geográficos específicos, algumas regiões ou bioma sendo considerados prioritários. Estas orientações não correspondem necessariamente às agendas das ONGs, o que pode dar lugar a negociações e/ou conflitos. A ligação entre as agendas dos financiadores e as questões geopolíticas é ligada à proximidade com os poderes públicos do seu país de origem. Existem obviamente grandes diferenças entre agências bilaterais, que, basicamente, trabalham para o governo do seu país, e fundações privadas.

Apesar das diferenças e especificidades dos financiadores, observam-se tendências gerais e uma certa homogeneidade nas metodologias e nas temáticas de atuação. O financiamento das ONGs se faz através de recursos privados não lucrativos associados com a ajuda pública e com recursos públicos internacionais, europeus ou multilaterais. Por sua vez, a circulação de recursos humanos e financeiros entre os diferentes atores do mercado do desenvolvimento participa da homogeneização das práticas segundo a ortodoxia do desenvolvimento. Trata-se de um processo de isomorfismo normativo que resulta na divulgação e aceitação dos mesmos conceitos, idéias e ferramentas pelas ONGs, fundações, organizações comunitárias e agências bilaterais. Este processo se verifica também para os financiadores os mais distantes das fontes de produção das idéias dominantes.

Face à diversidade das ONGs e à multiplicidade dos financiadores, as relações entre ONGs e financiadores não podem deixar de ser variadas. O tipo de financiador, as características da ONG (em particular o seu tamanho, o número e a natureza dos seus financiamentos), o tipo de projetos, a história da ligação com o financiador, ou ainda o montante dos financiamentos, são variáveis que influenciam essas relações. Mesmo se os testemunhos e as discussões encontrados nos fóruns virtuais especializados mostrem bem a centralidade da “captação de recursos” na gestão das

ONGs, parece que o acesso às linhas de financiamento seja relativamente fácil para quem conhece as regras do mercado. Ademais, o respeito destas regras e dos contratos firmados com o financiador garante, em geral, a permanência do fluxo de recursos; muitas ONGs trabalham com os mesmos financiadores desde muitos anos, e freqüentemente desde a sua criação. Esta regra não vale para todos os casos, mas é comum observar casos de “fidelidade” nas relações ONG/financiador, a confiança entre pessoas sendo o elemento central desta relação.

Na sua imensa maioria, as relações entre ONGs e financiadores são relações baseadas sobre um contrato temporário, relativo a um projeto descrito com maior ou menor riqueza de detalhes. O contrato especifica vários elementos que podem originar conflitos, como as regras contábeis, as normas de fiscalização, o cronograma, etc. O que diferencia um contrato do outro, fora do conteúdo programático, é o grau de “liberdade” possuído pela ONG para sua execução. Alguns financiadores são famosos para ser extremamente rigorosos sobre os critérios de atribuição das verbas. Outros já são mais flexíveis¹¹.

Uma vez conseguidos os financiamentos, as ligações que se criam com agências como a Comunidade Européia ou USAID são principalmente burocráticas e administrativas, as modalidades de controle de qualidade sendo geralmente bem definidas no contrato firmado. Em outros casos, como as agên-

11. Por exemplo, alguns financiadores autorizam a ONG aplicar os recursos repassados enquanto estes não são utilizados (a assim podem obter ganhos com a aplicação no mercado financeiro desses recursos); outros autorizam o pagamento de impostos nacionais com os recursos repassados; alguns contratos prevêem um reajuste anual em função da taxa de cambio, outros não.

cias ecumênicas, as relações são mais baseadas na confiança, ligada a uma relação individual ou uma comunidade cultural¹².

A respeito das relações de confiança existente entre ONG e financiador, podemos dizer o que segue. Observamos que é mais fácil trabalhar no mercado do desenvolvimento, como em qualquer mercado, com pessoas que têm uma cultura parecida e que possuem laços sociais firmados após anos de conhecimento. As facilidades de comunicação e a comunidade cultural e de interesse diminuem as incertezas dos financiadores e as probabilidades de defeito. Portanto, e isso é um ponto importante, a questão da confiança é central para os financiadores porque ela é ligada ao controle dos recursos financeiros e humanos investidos. O fato de ter uma pessoa de confiança é uma vantagem considerável para preservar um controle do investimento e maximizar as chances de rentabilidade (sucesso das ações, visibilidade midiática, efeitos multiplicadores, etc.).

Enfim, há que se ressaltar que a cultura do financiador influencia consideravelmente a natureza das relações que se criam com as ONGs. Os financiadores que têm o objetivo geral de “apoiar a sociedade civil” se baseiam sobre a sua própria imagem da “sociedade civil”, transposta para o local de implementação da ação¹³.

Como ressalta Jude Howell:

a dependência externa em relação aos financiadores [...] questiona a autonomia e a autodefinição da sociedade civil. Através da formação profissional, as exigências contábeis, o estabelecimento de procedimentos e de normas de funcionamento, os financiadores têm uma forte influência sobre a agenda do desenvolvimento, mas também sobre as orientações e a *raison d'être* da sociedade civil. Criando representações locais, as ONGs do Norte reproduzem organizações na sua imagem, criando formas de clones cujas prioridades, interesses e estruturas são definidos do exterior”(HOWELL, 2000, p.20).

As nossas pesquisas revelaram também que o papel atribuído pelos financiadores às ONGs na sociedade depende da sua origem cultural e, conseqüentemente, geográfica. Observa-se uma distinção entre um modelo americano, pluralista, e um modelo europeu, mais corporativista. O primeiro é influenciado por uma cultura política marcada pela competição entre os participantes; o papel da sociedade civil é de facilitar um fluxo constante de pedidos de cidadãos para o governo, cada grupo devendo ser o melhor para valorizar as suas reivindicações¹⁴. Assim na tradição liberal, as administrações americanas e canadenses inserem diferentes *lobbies* privados, sejam eles (étnicos, categoriais, religiosos, de negócios, associativos...) como parte integrante dos processos decisó-

12. Por exemplo, ONGs criadas e dirigidas por padre ou ex-padres têm uma certa facilidade para se relacionar com agências cristãs. Da mesma maneira, as ONGs dirigidas por cientistas americanos ou por brasileiros formados nos Estados-Unidos se tornam os “parceiros” favoritos das fundações americanas.

13. Mesmo nas situações em que a iniciativa vem de ONGs locais, verificamos que “as reivindicações, valores, discursos que têm uma chance de passar no nível internacional, de pesar nas decisões e, finalmente de se impor, são aqueles que cabem na “catequese” neo-liberal” (POULIGNY, 2001, p.14).

14. Um imobilismo de Estado aparece se o Estado é incessantemente solicitado por um grande número de demandas diferentes, até conflituais. Um outro risco é de ver os interesses dos poderosos melhor representados do que os dos fracos.

rios. Quando se trata de negociar a nível internacional, isto tem conseqüências concretas: de longa data, as delegações desses dois países contam, por exemplo, com representantes de ONGs. Nesse esquema, nas negociações internacionais, as ONGs representam claramente o ponto de vista dos seus países, e elas são vistas como tal pelos outros. Antes disso, as arbitragens que foram feitas seguiram as leis do mercado, isto é a lei do mais forte. Enfim, as práticas de *lobbying* das ONGs americanas não têm nada a ver com aquelas das europeias e elas contratam, aliás, *lobbyistas* profissionais que podem passar de um setor para outro (HOWELL, 2000, p.18).

No segundo modelo, mais europeu, os cidadãos são reunidos em coletivos representativos (as corporações) que negociam com o Estado; a sociedade civil deve então representar o interesse dos cidadãos e negociar para satisfazer esses interesses¹⁵ (BLAIR, 1997, p. 29-30). Assim,

na França, seguindo a tradição republicana, os governantes, representantes do povo, devem fazer a síntese das diferentes vozes expressadas na sociedade. Não é muito diferente do modelo do príncipe que, depois de ter escutado os sujeitos, se retira para deliberar sozinho. Isso explica porque os políticos franceses demoraram a abrir mais amplamente as portas dos ministérios para essas vozes e que, mesmo quando eles se esforçaram neste sentido, como é o caso hoje no *Ministère des affaires étrangères*, eles se sentem atacados quando é contestada a sua pretensão ao monopólio da decisão e da arbitragem (POULIGNY, 2001, p. 18-19).

A pluralidade e a diversidade dos financiadores representam a segurança de sobrevivência/autonomia das ONGs. Quando o número de financiador é grande, a dependência da ONG em relação a cada um é fraca. Isto tem conseqüências sobre a sua postura política, na medida em que ela pode se autorizar a entrar em conflito com um financiador sem botar em perigo o seu funcionamento. Podemos dizer que seu poder de negociação se reforça na razão direta do maior número de financiadores que possui.

A literatura que existe sobre os financiadores revela que, na verdade, a dependência é simétrica: os financiadores também enfrentam dificuldades para encontrar receptadores das suas verbas. As ONGs que têm um grande número de financiadores e conhecem bem o funcionamento do mercado podem se permitir, até certo ponto, ameaçar “deixar” o seu “parceiro” em caso de exigências consideradas abusivas, em particular relativas a controles e obrigações administrativos. Alguns financiadores encontram-se, assim, “reféns” de certas ONGs porque não encontram estruturas com características adequadas para o seu investimento. Algumas ONGs podem, nesse caso, aproveitar de “nichos” de mercado, abusando às vezes da sua posição.

É comum, para ONGs muito procuradas, recusarem propostas de financiamentos: algumas ONGs do Sul:

até mandam de volta o dinheiro para o seu remetente, quando este último se mostra dominador demais. Mais freqüentemente, nos países onde várias fontes de financiamento são disponíveis, elas boicotam os doadores considerados burocráticos demais.

15. O risco é aqui de ver aparecer uma dependência parasitária mútua e uma rigidez impedindo as inovações (sobretudo se o interesse da corporação aparenta-se a aquele dos membros dominantes).

Todas querem um doador que escute, que tome o tempo de aprender, e que deixe uma margem de manobra suficiente, revela Lisa Bornstein, pesquisadora na Universidade do Natal (África do Sul). Outras ONGs do Sul, que se contentam de uma relação mais contratual, insistem para que o dinheiro chegue a tempo e que o doador não mude as suas prioridades ou os seus métodos de controle durante o projeto, como acontece frequentemente demais (DEMENET *apud* RUBIO, 2002, p.100).

Apesar disso, a grande maioria das ONGs são extremamente dependentes dos seus financiadores. Às vezes, mesmo grandes ONGs como o IPAM dependem de um ou poucos financiadores (Woodshole Research Center, no caso do IPAM). Conseqüentemente, as relações que existem entre financiadores e ONGs são baseadas sobre um intercâmbio desigual. Um depende muito mais do outro. A desigualdade das relações aparece quando se aprofunda um pouco o assunto com os responsáveis de ONG.

Estas relações desiguais são pouco visíveis porque elas não são explícitas. Isso se explica em grande parte porque a cultura associativa não combina bem com esta realidade: a ONG, representante da “sociedade civil organizada” deve ser independente, autônoma, livre de constrangimentos, agindo para o bem de todos e no seu nome próprio. Nas comunicações oficiais e nos comentários sobre as ONGs, não se encontram rastros de relações de conflitos com os financiadores. Aliás, as primeiras reações dos responsáveis de ONGs a respeito desta questão são sistematicamente aquelas de negar qualquer dominação dos seus “parceiros”. É nas conversas com responsáveis de setores ou com militantes menos acostumados com a retórica e a cultura das

ONGs, e na observação do funcionamento interno das ONGs, que aparecem elementos que relativizam os discursos oficiais.

Globalmente, o poder de influência dos financiadores sobre os projetos realizados pelas ONGs aparece sem ambigüidades. Esta dominação se faz no primeiro lugar com a definição das regras do jogo no mercado do desenvolvimento, em particular no que diz respeito às temáticas prioritárias e na definição dos contratos firmados, duas áreas controladas pelos financiadores. Porém, a dominação se revela também de maneira mais sutil, através do processo de isomorfismo institucional, que tende a uniformizar as ONGs e a padronizar o seu funcionamento segundo a ortodoxia do desenvolvimento.

Esse resultado levanta a questão da ligação entre o campo do desenvolvimento e a ortodoxia econômica neoliberal (será que ainda existe uma concepção do desenvolvimento que não seja neoliberal?) e, mais especificamente no que diz respeito a nossa pesquisa: quais são os fatores que influenciam as agendas dos financiadores, em particular das fundações americanas? Obviamente, a resposta já deve integrar um elemento chave: a geopolítica.

Nota sobre o autor

Benjamin Buclet é pesquisador, vinculado ao Institut de Recherche pour le Développement (IRD) - França. E-mail: bbuclet@gmail.com

Referências Bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso, cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BECKER, Bertha K. *Geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. *Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira Amazônica*. In: BECKER, B; MIRANDA, M. (Orgs.). *Geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. *Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados*, Brasília, v. 19, n. 53, p. 71-86, jan./abr. 2005.

BLAIR, Harry. *Donors, Democratisation and Civil Society: Relating Theory to Practice*, dans. In: HULME, David; EDWARDS, Michael. *NGOs, States and Donors. Too close for comfort?*. New York: St. Martin's Press, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *La distinction, critique du jugement social*. Paris: Les éditions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Paris: Les éditions de Minuit, 1984.

BUCLET, Benjamin; LEROY, Jean-Pierre. *Entre movimento social e terceiro setor. As ONGs à busca de sua identidade*. In: VIEIRA, I. *et al* (Orgs.). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Amazônia: Mercado e Globalização no Terceiro Milênio*, MCT, Belém, v. 18, n. 2, 2002 (série Antropologia).

BUCLET, Benjamin. *Les expérimentations des ONGs en Amazonie: quel pouvoir pour quelle*

responsabilité?. *Lusotopie*, v.9, «Les ONGs en lusophonie – Terrains et débats». Paris: Karthala, 2002.

_____. *Le Marché International de la Solidarité: les Organisations non Gouvernementales en Amazonie Brésilienne*. 2004. 445 f. Tese (doctorat/Sociologie) - CRBC/EHESS, Paris. 2004.

CHAPIN M., 2004, *A Challenge to Conservationists*. In: "World Watch. Vision for a Sustainable World", XVII-6, 12/2004.

COMMISSARIAT GÉNÉRAL DU PLAN. *L'Etat et les ONG: pour un partenariat efficace. Rapport du groupe «vers un nouveau partenariat entre les organisations de solidarité internationale et les pouvoirs publics»*, Paris: Commissariat Général du Plan, 2002.

DARNTON, Robert. *Dialogue a propos de l'histoire culturelle. Entretien avec Pierre Bourdieu et Roger Chartier*, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 59, p.86-93, Paris: Seuil, 1985.

DELER, Jean-Pierre *et al* (Orgs.). *ONG et développement; société, économie, politique*. Paris: Karthala, 1998.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant G. *La mondialisation des guerres de palais. La restructuration du pouvoir d'État en Amérique latine, entre notables du droit et «chicago boys»*, Paris: Seuil, 2002.

DUMOULIN, David. «ONG transnationales et experts dans le débat démocratique: bioprospection et savoir indigène au Mexique», *Problèmes d'Amérique Latine*, n. 54, Automne, p. 95-122, 2004 (co-escrito com Jean Foyer)

ENJOLRAS, Bernard. *Comment expliquer la présence d'organisations à but non lucratif dans une économie de marché?: l'apport de la théorie économique*, Paris: *Revue française d'économie*, Volume X, 1, 1995.

FAUGÈRE, Elsa. **Regard sur la culture développementiste: représentation et effets non intentionnels**, document de travail n. 20. Paris: Gret, 2001.

HOWELL, Jude. Making Civil Society from the Outside - Challenges for Donors, **The European Journal of Development Research** vol. 12 (1) : 3-22, 2000.

HULME, David; EDWARDS, Michael. **NGOs, States and Donors. Too close for comfort?** New York, St. Martin's Press, 1997.

MCGRATH, David. Entrevista. [24 de novembro, 2003]. Belém. Entrevista concedida a Benjamin Buclet.

MENDES, Luis Carlos Abreu. Visitando o "Terceiro Setor" (ou parte dele). **Texto para discussão**, Brasília, n. 647, 1999.

NEPSTAD, Daniel. Entrevista. [21 de novembro, 2003]. Belém. Entrevista concedida a Benjamin Buclet.

PERROULAZ, Gérard. Comparaison internationale des flux d'aide privée: faits et chiffres. In: DELER, J.P. *et al.* **ONG et développement: société, économie, politique**. Paris: Karthala, 1998.

POULIGNY, Béatrice. **L'émergence d'une «société civile internationale»?** Processus, acteurs, enjeux. Paris: Working Paper du CERI, 2001.

RITS, Gilbert. **Le développement: histoire d'une croyance occidentale**. Paris: Presse de Sciences Po, 1996.

RUBIO, François. **Les ONG, acteurs de la mondialisation, problèmes politiques et sociaux**, n. 877-878, 2 août 2002, Paris: La documentation Française, 2002.

UHL, Christopher; PARKER, Geoffrey. "Our Steak in the Jungle," **BioScience** 36(10), 642, 1986.

RECEBIDO EM: 15/11/09

APROVADO EM: 25/01/10